



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTONIO MARIZ  
CENTRO DE CIENCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

KELLIANY LEITE ANGELIM

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR DO CAMPO:  
IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC OFERTADO ATRAVÉS DO SENAR EM UM  
MUNICÍPIO PARAIBANO**

PATOS/PB  
2016

KELLIANY LEITE ANGELIM

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR DO CAMPO:  
IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC OFERTADO ATRAVÉS DO SENAR EM UM  
MUNICÍPIO PARAIBANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof. Msc. Ayalla Cândido Freire

PATOS/PB  
2016

A582p Angelim, Kelliany Leite  
Políticas Públicas e a qualificação do trabalhador do campo  
[manuscrito] : implementação do Pronatec ofertado através do  
SENAR em um município paraibano / Kelliany Leite Angelim. -  
2016.  
27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Ma. Ayalla Cândido Freire, CCEA".

1. Políticas Públicas. 2. Administração Pública. 3. Pronatec.  
I. Título.

21. ed. CDD 354.968

KELLIANY LEITE ANGELIM

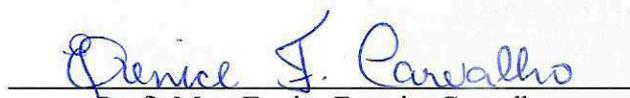
POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR DO CAMPO:  
IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC OFERTADO ATRAVÉS DO SENAR EM UM  
MUNICÍPIO PARAIBANO

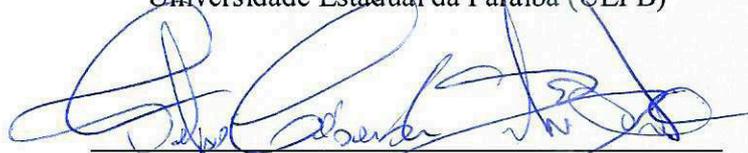
Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Administração da Universidade Estadual  
da Paraíba (UEPB), como requisito  
parcial à obtenção do título de Bacharel  
em Administração.

Aprovada em: 16 / 05 / 2016 .

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Msc. Ayalla Cândido Freire (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Msc. Eunice Ferreira Carvalho  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Msc. Felipe César da Silva Brito  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

# POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR DO CAMPO: IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC OFERTADO ATRAVÉS DO SENAR EM UM MUNICÍPIO PARAIBANO

Kelliany Leite Angelim<sup>1</sup>

## RESUMO

A situação de fragilidade social que parte da população brasileira se depara atualmente instiga discussões nos processos de gestão e de políticas públicas sobre a qualificação profissional e a inserção produtiva dessa parcela da população no mercado de trabalho. O presente estudo tem como objetivo principal analisar o processo de implementação do Pronatec, através do SENAR no município de Catingueira/PB. A pesquisa classifica-se quanto aos objetivos como descritiva, quanto ao procedimento foi realizado um estudo de caso e quanto à abordagem do problema classifica-se como quantitativa e qualitativa. Como resultados foi possível identificar que o programa cumpre com parte de seus objetivos, ao proporcionar ações de educação que possam auxiliar a inserção dos beneficiários no mercado produtivo, mas que ainda existem lacunas que precisam de particular atenção para que a implementação do programa se realize de forma mais efetiva, tais como a articulação entre a política de educação profissional e outras políticas de geração de trabalho, emprego e renda, já que no município em estudo não há relação entre políticas que possam proporcionar essa integração.

**Palavras-Chave:** Políticas públicas. Implementação. Pronatec.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o papel do Estado na sociedade e a sua forma de atuação, buscando sempre viabilizar a inclusão, reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento social e econômico, tem se configurado como grande desafio para os gestores. Isso acontece por que, ao passo que exige a adoção de princípios cada vez mais eficientes de gestão, os efeitos de tais decisões fletem diretamente sobre a coletividade.

A Administração Pública é a grande responsável pela distribuição racional dos recursos e pela prestação de serviços a toda população. Porém, a conjuntura atual da Administração Pública brasileira ainda possui uma estrutura pesada, burocrática e centralizada. Isso faz com que ela não seja capaz de responder, de forma adequada, às demandas e aos desafios da sociedade atual (MATIAS-PEREIRA, 2012).

---

<sup>1</sup> Aluna de Graduação em Administração na Universidade Estadual da Paraíba – Campus VII.  
Email: admkell1@gmail.com

Algumas das políticas públicas, até então, implantadas no país carecem de efetividade e eficiência, seja por falhas na implantação ou até mesmo pela inexistência de fiscalização na execução das mesmas. Esse fato apresenta como consequência um futuro incerto acerca da conquista de padrões aceitáveis de desenvolvimento com efetiva inclusão social (SILVA, 2010).

Dessa forma, faz-se necessário que a Administração Pública atue através de políticas e programas direcionados para o estímulo de processos gerais de desenvolvimento regional e local, criando condições de equidade entre os cidadãos.

A vulnerabilidade social em que se encontra parte da população brasileira faz com que discussões sobre capacitação, qualificação profissional e inserção produtiva, estejam sempre presentes nos processos de gestão e de políticas públicas. Sendo assim, a atuação do Estado pode efetivar-se de forma mais específica, voltada para o apoio de iniciativas produtivas direcionadas a determinado tipo de público em particular (CASTRO et al., 2010).

O Brasil é caracterizado estruturalmente por um número bastante expressivo de municípios de pequeno porte populacional, densidade econômica pouca expressiva e significativa dependência de transferências fiscais. Assim, a atuação desses municípios em conjunto com as demais esferas de governo (estadual e federal) contribui de forma decisiva para compensar adversidades à possibilidade técnica de gestão das políticas sociais (ARRETCHE, 1999).

É neste sentido que se pode considerar, por exemplo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. O referido programa busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada em todo o país aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

O Pronatec propõe diversos objetivos, entre eles, ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; e também estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

E para atender a esses objetivos o programa conta com importantes parceiros que oferecem cursos gratuitos em âmbito nacional. Uma dessas parcerias configura-se com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, o chamado “Sistema S”. Instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem

Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) são responsáveis por expandir o programa e ofertar cursos a determinados públicos específicos.

O SENAR, por exemplo, atua em todo o território nacional organizando, administrando, executando e supervisionando o ensino da formação profissional no campo e a promoção social das pessoas no meio rural.

Diante do exposto, esta pesquisa partiu da seguinte questão: como se dá o processo de implementação do Pronatec, através do SENAR, em dado município paraibano?

A ação pública, por meio de políticas e programas, deve primeiramente delimitar quem serão os futuros beneficiários e quais são suas principais características, para então realizar a promoção social mediante inclusão produtiva para esta população, através da intervenção no espaço econômico e social. É o conhecimento dessas características que permitirá a formulação estratégica de intervenção estatal, como também a determinação dos recursos que serão utilizados (CASTRO et al., 2010).

Em face da relevância do tema apresentado, considerando que determinadas políticas podem contribuir para a transformação da sociedade, fica evidenciada a importância de abordar a atuação dessas políticas em dada conjuntura local.

Considerando o contexto exposto, a presente pesquisa justifica-se conforme aspectos teórico, social e pessoal. A justificativa no campo teórico reside no fato de poder contribuir com os estudos relacionados à Administração Pública, especificamente a atuação de determinadas políticas públicas em locais específicos.

A relevância social da pesquisa é pautada na contribuição que esta pode proporcionar acerca da atuação de políticas públicas voltadas para o trabalhador do campo. Dessa forma, possibilita a compreensão, por parte da administração local, sobre a possibilidade da integração de diversas políticas voltadas para o mesmo público, contribuindo assim, para o fortalecimento da atividade rural no município.

A razão pessoal da escolha do tema deve-se ao interesse da pesquisadora a respeito da influência de determinadas políticas públicas na sua realidade local. Além disso, a identidade com o assunto faz com que o interesse acerca do tema abordado seja mais intenso e contribua, através da pesquisa, para maior compreensão deste.

A partir da problemática proposta para o estudo, esta pesquisa apresenta como objetivo geral analisar o processo de implementação do Pronatec, através do SENAR, no município de Catingueira/PB sob a perspectiva dos beneficiários e atores locais.

Dessa forma, com a finalidade de alcançar esse objetivo foram propostos objetivos específicos relacionados a (1) descrever o processo de funcionamento do Pronatec; (2)

identificar os atores envolvidos na implantação do referido programa no município em estudo; bem como (3) verificar a atuação do SENAR na implantação do mesmo e também (4) analisar a relevância do programa sob a perspectiva dos beneficiários em questão.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS E CICLO DE POLÍTICAS**

As políticas públicas se constituem de instrumentos pelos quais a Administração Pública interfere na sociedade em áreas diversas, como educação, saúde, segurança e transporte, por exemplo; com a finalidade de promover o bem estar social e assegurar a garantia dos direitos aos cidadãos.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica surge em meados do século XX nos EUA, quando se propõe a enfatizar os estudos sobre a ação dos governos. Diferentemente da Europa, onde o estudo sobre a política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado (SOUZA, 2006).

Frederickson (1999 apud FARAH, 2011), aponta que a partir da década de 1990 surgiram novas abordagens teóricas e analíticas, que consideram importantes mudanças advindas do Estado contemporâneo e sua relação com a sociedade. Uma delas consiste na redefinição de público, que passa a incluir não apenas o governo, como também organizações não governamentais e empresas privadas orientadas para a prestação de serviços públicos.

De maneira geral, na literatura não existe um consenso no que se refere ao conceito de políticas públicas. Entretanto, várias definições se complementam e contribuem para um debate mais profundo acerca do tema.

Secchi (2010) afirma que a intencionalidade pública e a resposta a um problema público são elementos fundamentais à política pública, considerando que o motivo para o estabelecimento de uma determinada política é o tratamento ou a resolução de um problema percebido como relevante para a coletividade.

Matias-Pereira (2012, p. 204) complementa a ideia anterior ao afirmar que:

A expressão política pública é utilizada, num sentido amplo, para indicar a atividade ou o conjunto delas, tendo como referência o Estado, responsável pela deflagração das referidas ações [...] Nesse sentido, a política pública é vista como uma forma de resolução pacífica de conflitos, visto que por meio dela torna-se possível obter a satisfação de direitos básicos da sociedade.

Dias e Matos (2012) percebem as políticas públicas como ações de iniciativa dos governos que objetivam estabelecer a igualdade no convívio social. Essas ações têm por

finalidade proporcionar condições para que toda a sociedade possa atingir melhorias na qualidade de vida.

Procopiuck (2013) acrescenta outros atores importantes, além do Estado, na definição de políticas públicas ao afirmar que estas são formadas por um conjunto de intenções estratégicas que se integram aos instrumentos necessários para sua execução através da ação de agentes governamentais, da sociedade civil organizada e até mesmo de agentes de mercado.

Essas definições apontam que as políticas públicas são fenômenos complexos que envolvem importantes tomada de decisões por diversos atores envolvidos na própria estrutura do Estado e que tais decisões são influenciadas tanto por atores que operam internamente no governo como também por agentes externos (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Rua (2009) ressalta que as políticas públicas ocorrem comumente em ambientes tensos e de alta densidade política, caracterizados por relações de poder entre os diversos atores, como o Estado, tanto em nível nacional como em níveis subnacionais, a sociedade e a comunidade política.

A autora supracitada observa, então, a importância de lidar com essa complexidade, sem descartar a dinâmica sistêmica. Uma forma eficiente para tal é associar o modelo sistêmico com o modelo do ciclo de política, no qual aborda as políticas públicas mediante uma divisão em fases sequenciais resultantes de uma série de atividades políticas agrupadas.

O ciclo de políticas constitui-se num ciclo deliberativo, formado por várias etapas em um processo dinâmico e de aprendizado (SOUZA, 2006). Cada etapa possui suas particularidades, envolve seus próprios atores, têm suas restrições e diferentes decisões, desenvolvimentos e resultados; porém todos em constante interação mútua e, portanto, se afetam de forma recíproca (DIAS; MATOS, 2012).

O número de etapas ou estágios do ciclo de políticas pode variar de acordo com a concepção de cada autor, sendo que, em alguns casos o desdobramento de uma ou mais etapas, através de processos interativos, dão origem a fases relacionadas.

Secchi (2010) aponta a existência de sete etapas, a saber: identificação do problema, formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Já Souza (2006) indica seis fases que compõe o ciclo: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Outros autores como Wu et al. (2014), Howlett; Ramesh; Perl (2013), Frey (2000) e Rua (2009) sinalizam o ciclo de políticas constituído de cinco fases. São elas:

Definição de agenda: fase da identificação de questões emergentes e percepção de situações reconhecidas como um problema político;

Formulação: envolve o desenvolvimento de alternativas para possíveis cursos de ação governamental após a inclusão do problema na agenda;

Tomada de decisão: compreende a deliberação sobre a escolha de determinado curso de ação para implementação, sendo assim, deve ser considerada a mais apropriada entre as várias alternativas;

Implementação: fase em que a política ganha forma efetiva e entra em vigor, consiste em um conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas dos diversos atores envolvidos; e

Avaliação: conjunto de procedimentos de apreciação dos resultados da política, segundo critérios previamente estabelecidos, envolve a avaliação do grau em que a política está atingindo os seus objetivos e, caso não esteja, o que pode ser feito em relação a isso.

## **2.1 Implementação de Políticas Públicas**

A implementação das políticas públicas é a fase em que as decisões se traduzem em ações concretas. É vista como uma das etapas mais difíceis e críticas no processo de políticas para os gestores públicos, pois nela devem ser colocados em prática todos os objetivos previamente traçados (WU et al., 2014). A implementação é uma fase considerada essencial no processo de políticas públicas, já que sem ela as políticas são apenas ideias no papel, sem efeitos concretos para os cidadãos (BATISTA, 2015).

Matias-Pereira (2012) destaca que o estudo da implementação está relacionado à preocupação de explicar porque determinadas políticas alcançam os objetivos propostos e outras não. O campo do estudo de implementação de políticas públicas está fortemente associado às necessidades de desenvolvimento de melhorias nos processos político-administrativos, que permitam o incremento das atividades implementadoras (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

Wu et al. (2014) aponta que as atividades relacionadas a implementação podem envolver elementos presentes em todo o processo de políticas públicas (tanto das fases anteriores da criação quanto das fases posteriores), bem como as incertezas e contingências que esses elementos possam ocasionar. Essas atividades devem considerar desde a concepção estratégica e de alto nível, até o desenvolvimento de capacitação e de nível operacional. A

falta de integração nesse estágio pode favorecer o surgimento de lacunas entre as intenções de políticas e a execução propriamente dita.

No que se refere aos processos de implementação, Frey (2000) destaca que quando o objetivo principal é a análise da qualidade material e técnica dos projetos ou programas, o foco da análise se concentra no conteúdo dos planos. É observado até que ponto a proposta de ação foi cumprida e quais as causas de eventuais déficits de implementação, quando se compara os fins estipulados na formulação dos programas com os resultados alcançados. Em contrapartida, quando o foco da análise é direcionada para as estruturas político-administrativas e a atuação dos atores envolvidos, deve-se considerar o processo de implementação descrevendo de forma analítica o que acontece, quais atores atuam com quais motivos e quais os resultados.

A implementação de uma política pública dependerá da correlação de forças entre os diversos atores envolvidos, sejam os grupos pertencentes à esfera do governo ou aqueles com atuação política a partir da sociedade civil (DIAS; MATOS, 2012). Pois nessa fase, além dos atores estatais que participam das fases anteriores do processo de políticas, também entram em cena os atores não estatais, prestadores de serviços e parceiros, por exemplo. Os atores envolvidos no processo de implementação devem estar preparados para lidar com situações adversas, como obstáculos técnicos, deficiências organizacionais e os mais diversos conflitos que possam existir (SECCHI, 2010).

Rua (2009) destaca que, de forma peculiar, quando uma política envolve diferentes níveis de governo – federal, estadual, municipal – ou diferentes regiões de um país, ou ainda diversos setores de atividade, a implementação pode revelar-se ainda mais problemática, levando em consideração que a comunicação e o controle do processo se tornam mais complexos.

Lima e D'Ascenzi (2013) apontam que frequentemente o fracasso no processo de implementação, avaliado com base no grau de alcance dos objetivos previamente definidos, está associado às falhas de comunicação entre os diferentes níveis.

Entretanto, existem vantagens relacionadas ao deslocamento das políticas públicas do nível nacional para o nível subnacional, ou seja, para os estados e municípios. Os principais benefícios estão associados à maior proximidade dos governantes ao público beneficiário. Com isso, os atores responsáveis pela tomada de decisão no âmbito local têm maior conhecimento das preferências e necessidades dos cidadãos (BATISTA, 2015).

Dias e Matos (2012) destacam um fator de significativa importância na etapa da implementação, que é o monitoramento. Este configura-se como um processo contínuo que

visa corrigir os rumos da implementação através de avaliações pontuais das atividades implementadoras. Ele se faz necessário para assegurar que o desempenho das ações adotadas seja maximizado e também para verificar se as metas previamente propostas têm real efetividade (DIAS; MATOS, 2012).

De maneira abrangente, Procopiuck (2013) sintetiza o processo da fase da implementação relacionando-o ao desenvolvimento de regras, estruturas de regulação e métodos para a execução das decisões; mudança no processo decisório para se ajustar às restrições operacionais; transformação das decisões em termos operacionais; e elaboração de programa com objetivos e padrões de desempenho, incluindo cronogramas de operações.

No que se refere à perspectiva de análise da fase de implementação de políticas públicas, Sabatier (1986 apud SECCHI, 2010) define dois modelos de implementação, são eles: o modelo *top-down* e o *bottom-up*.

O modelo *top-down* parte da concepção de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela alta administração e que a implementação configura-se apenas em esforços de encontrar meios para os fins estabelecidos. Dias e Matos (2012) destacam que este modelo corresponde à concepção tradicional do trabalho que se desenvolve de cima para baixo ou do centro para a periferia, com evidente distinção hierárquica de autoridade.

Já o modelo *bottom-up* toma direção oposta de análise, ou seja, de baixo para cima ou de nível técnico pra nível político. Essa abordagem considera que a concepção da política pública com regras, procedimentos e estruturas organizacionais bem definidas deve-se ocorrer por meio de processo ascendente, de baixo para cima (DIAS; MATOS, 2012).

A respeito dessas duas abordagens de análise destacadas, Howlett, Ramesh, Perl (2013) enunciam que apesar das contribuições de ambas ao campo de estudo de políticas, elas tendem a estabelecer posições inflexíveis, que dificultam o desenvolvimento e a pesquisa conceituais acerca do tema. O autor destaca, assim, que nas últimas décadas tem surgido demandas por novas abordagens que possam produzir métodos e resultados mais científicos da pesquisa sobre implementação.

## **2.2 Políticas Públicas Sociais no Brasil**

Conforme aponta Matias-Pereira (2012) as políticas públicas sociais podem ser definidas como ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, orientadas para a redistribuição dos benefícios sociais e que visam à diminuição das desigualdades estruturais advindas do desenvolvimento socioeconômico.

Dessa forma pode-se afirmar que o Estado intervém na sociedade visando minimizar as desigualdades na estrutura social através das políticas públicas sociais, garantindo aos cidadãos o provimento de suas necessidades básicas no que se refere, por exemplo, à saúde, educação, trabalho e moradia.

As ações e estratégias sociais governamentais nos Estados que adotam políticas de cunho neoliberal, tendem priorizar as políticas compensatórias, em programas focalizados, orientados para os segmentos menos favorecidos, que não se beneficiam do progresso social (MATIAS-PEREIRA, 2012).

No caso do Brasil, segundo analisa Castro et al. (2010), o país tem conseguido alcançar significativas mudanças no sistema de proteção e promoção social. Políticas públicas sociais distintas que abrangem desde a educação formal e profissional, passando pelas políticas de capacitação e intermediação do sistema público de emprego, até os programas de apoio ao pequeno produtor rural e à agricultura familiar são reflexos da expansão e consolidação das políticas públicas que visam à proteção e promoção social no país.

Entretanto, conforme apontam autores como Arretche (1999), Carbone (2000) e Souza (2003), a responsabilidade pública pela gestão de políticas sociais no Brasil ainda está associada a questões críticas como o clientelismo, patrimonialismo e a barganha política.

A gestão de políticas sociais em nosso país tende a ser dispendiosa aos cofres públicos e não atinge os resultados almejados, na medida em que consome um elevado volume de recursos e apresenta baixos níveis de proteção efetiva (ARRETCHE, 1999).

Carbone (2000) aponta que determinadas características presentes na Administração Pública, de maneira geral, dificultam que a gestão de políticas sociais seja orientada à eficiência e eficácia. Entre tais características pode-se destacar: o paternalismo, assinalado pelo alto controle da movimentação de pessoal e da distribuição dos empregos e funções, independente da meritocracia e apenas baseada nos interesses políticos dominantes; o burocratismo, associado ao controle excessivo de procedimentos, gerando uma administração inflexível e bastante rígida; e o autoritarismo, caracterizado pela verticalização da estrutura hierárquica e concentração do processo decisório por um grupo específico.

Souza (2003) sinaliza que apesar de muitas das análises a respeito das políticas sociais no Brasil ainda continuarem sendo norteadas por estes rótulos, não se tem uma resposta empírica e teoricamente embasada da dimensão de como eles se manifestam e quais suas consequências para as políticas públicas.

No que se refere à adoção de políticas adotadas recentemente pelo Governo Federal, Salgado (2012) aponta que, na última década, tais políticas tiveram como objetivo tanto

promover o resgate político e social da população que se encontra abaixo do nível de pobreza, quanto resguardar a capacidade estatal de responder adequadamente às demandas do mercado, promovendo o desenvolvimento econômico do país e a inserção estratégica nos mercados globalizados.

A autora supracitada ainda aponta que é preciso melhorar e inovar o modelo de gestão pública adotado pela Administração Pública Brasileira e isso implica, entre outros fatores, na adoção de práticas e tecnologias gerenciais que contribuam para a ampliação da capacidade de governança e governabilidade das suas estruturas executivas.

Cavalcante (2011) destaca que uma inovação em gestão de políticas públicas, decorrente do federalismo brasileiro, é a tendência de enfatizar os municípios como principais provedores de serviços públicos. A gestão pública brasileira, ainda sob a influência da redemocratização do país, tem na descentralização um dos principais eixos para a aproximação da ação pública às reais necessidades da sociedade (PROCOPIUCK, 2013).

Este fato sinaliza a importância dos atores locais no processo de disseminação de políticas e programas. Diversos municípios compartilham situações e problemas sociais comuns, como a questão da pobreza, educação e saúde. Entretanto, cada município pode apresentar suas particularidades (FARAH, 2008).

A proximidade para obter informações sobre as necessidades e peculiaridades da população local, bem como a vasta extensão do território brasileiro, são considerados fatores fundamentais para que a escolha da execução das políticas públicas seja através dos municípios (CAVALCANTE, 2011).

A obrigatoriedade do atendimento à demanda social deve ser percebida nas três esferas de governo, entretanto, como os municípios estão mais próximos da sociedade, eles podem responder de forma mais precisa a essas demandas.

### ***2.2.1 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC***

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 26 de outubro 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. O programa busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

Segundo o Ministério da Educação – MEC, de 2011 a 2014, por meio do Pronatec, foram realizadas mais de 8,1 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de qualificação profissional, em mais de 4.300 municípios. Em 2015, foram 1,3 milhão de matrículas. A expectativa para 2016 são cerca de 2 milhões de vagas previstas, sendo mais de 350 mil vagas em cursos técnicos e 1,6 milhão de vagas em cursos de qualificação profissional.

As ações do Pronatec em 2016 buscam a melhoria da qualidade e a expansão da oferta de educação profissional, para estimular o jovem e o trabalhador que retomem a sua trajetória nos estudos, elevando assim a sua escolaridade e seu nível de formação profissional. Nesse sentido, outras modalidades do programa já estão em fase de implantação, como é o caso do Pronatec EJA que visa atender o público da educação de jovens e adultos e o e-Pronatec que atua na oferta de cursos à distância, com o uso de tecnologias educacionais para o autoestudo e posterior certificação profissional.

O Pronatec tem como objetivos expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; e estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

Segundo o MEC, o programa trabalha com cinco iniciativas que integram as suas ações, a saber: a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; o Programa Brasil Profissionalizado; a Rede e-Tec Brasil; a Bolsa-formação e o Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem.

Este último tem por objetivo ampliar, de forma progressiva, a aplicação dos recursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.

#### *2.2.1.1 O Pronatec ofertado através do SENAR*

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) é uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que tem por objetivo organizar, administrar e executar, em todo o território nacional, a Formação Profissional Rural e a Promoção Social de jovens e adultos, homens e mulheres que exerçam atividades no meio rural.

Administrado por um Conselho Deliberativo tripartite, composto por representantes do governo federal e das classes trabalhadora rural e patronal rural, e integrante do chamado “Sistema S”, o SENAR é composto por uma Administração Central, em Brasília, e por 27 Administrações Regionais, estabelecidas em cada estado e no Distrito Federal.

O público alvo das ações desenvolvidas pelo SENAR são as pessoas do meio rural associadas, direta ou indiretamente, aos processos produtivos agrossilvipastoris e a forma de atuação da entidade está dividida em duas vertentes prioritárias de trabalho, a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS).

A Promoção Social é um conjunto de atividades com enfoque educativo, que possibilita ao trabalhador, ao produtor rural e às suas famílias a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais e mudanças de atitudes, favorecendo, assim, uma melhor qualidade de vida e participação na comunidade rural.

Já a Formação Profissional Rural é um processo educativo, sistematizado, que se integra aos diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, objetivando o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes para a vida produtiva e social, atendendo às necessidades de efetiva qualificação para o trabalho com perspectiva de elevação da condição sócio profissional do indivíduo.

Incluídos na vertente da Formação Profissional Rural estão os programas especiais da FPR, que são as programações educativas que atendem a determinadas demandas do mundo do trabalho com prazo pré-determinado de duração e se prestam a um propósito exclusivo. Podem ainda atender à necessidade verificada de capacitação determinada por legislação vigente (sanitária, trabalhista, ambiental, etc.) ou de lacunas observadas no meio rural.

São exemplos de programas especiais nacionais da FPR: Programa Empreendedor Rural, Programa Sindicato Forte, Programa Com Licença Vou à Luta, Programa Negócio Certo Rural e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

No geral, o Pronatec do SENAR oferece, gratuitamente, mais de 60 cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Os cursos ofertados possuem itinerário formativo em áreas como fruticultura, cooperativismo, sistema de produção integrada, produção orgânica de

alimentos, produção e beneficiamento de produtos apícolas, aquicultura e pesca, floricultura, pecuária, entre outros.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa científica é desenvolvida através de base teórica e da utilização adequada de métodos e técnicas de investigação, compreendendo etapas que abrangem desde a formulação do problema até o alcance dos resultados (GIL, 2010).

Para descrever o tipo de pesquisa adotada neste trabalho foi utilizada a classificação proposta por Raupp e Beuren (2003). Em relação aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois pretende descrever e analisar o processo de implementação do Pronatec no município de Catingueira/PB, localizado no sertão paraibano.

Quanto aos procedimentos a pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, já que propõe a análise de um caso específico dentro de seu contexto real. O estudo de caso permite reunir diversas informações acerca de um ou poucos objetos com o intuito de perceber toda a conjuntura que envolve a problemática, ou seja, a partir do estudo dessas informações é possível obter um amplo e detalhado conhecimento sobre o tema em questão (GIL, 2010).

Em relação à abordagem do problema a pesquisa classifica-se como quantitativa e qualitativa, já que pretende tanto abordar a descrição estatística dos dados como também compreender a totalidade dos elementos em estudo, a partir da compreensão dos sujeitos que estão imersos no fenômeno em análise.

Para a coleta de dados, além do levantamento bibliográfico, subsídio para o embasamento teórico, foi feito um levantamento em campo com a utilização de duas técnicas principais: aplicação de questionário e entrevista.

O questionário no formato fechado, com perguntas de múltipla escolha, foi aplicado aos alunos participantes da primeira turma do curso de Agricultor Orgânico. Uma amostra de 16 alunos de um total de 25 matriculados respondeu ao questionário. Nele foram dispostas perguntas relacionadas à caracterização dos entrevistados, à visão geral do curso e a sua aplicabilidade. A entrevista foi realizada através da utilização de um roteiro semiestruturado com a assistente social do município e responsável pela secretaria de Assistência Social e do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, órgão demandante do programa. A amostra foi selecionada conforme acessibilidade, caracterizando uma amostragem não probabilística por conveniência, onde os sujeitos pesquisados estão ao alcance do investigador (ACEVEDO; NOHARA, 2010).

Foi empregada análise de conteúdo a partir dos dados levantados pela aplicação do questionário e pela entrevista. Bardin (1977 apud VERGARA, 2012) define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter indicadores, quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção e recepção destas informações. Vergara (2012) destaca que a análise de conteúdo reconhece abordagens quantitativas, qualitativas ou ambas e que em quaisquer dos casos implica categorizações.

No presente estudo as categorizações foram feitas através de grade mista, onde as categorias foram definidas antecipadamente, mas com a possibilidade de adicionar elementos presentes nos dados coletados que não estavam antes previstos. A partir da análise descritiva dos dados obtidos por meio da aplicação do questionário e pela transcrição das falas da entrevista a pesquisa apresenta as seguintes categorias: processo de implementação; e resultados e desafios.

#### **4 A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC NO MUNICÍPIO**

O município de Catingueira/PB fica localizado na mesorregião do sertão paraibano distante 360 km da capital do estado, João Pessoa/PB. Sua extensão territorial abrange uma área de 529,454 km<sup>2</sup> e conta com uma população de 4.812 habitantes, segundo o censo demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda segundo o instituto a população residente na zona rural do município representa 40,1% do total de habitantes. As atividades econômicas preponderantes na zona rural estão associadas sobretudo à agricultura e pecuária. Estando à pecuária relacionada à criação de bovinos, caprinos, equinos, galináceos, ovinos, suínos e a produção de leite; e a agricultura relacionada ao plantio de arroz, feijão, milho, batata-doce e melancia (produção agrícola municipal de lavoura temporária) e cultivo de coco-da-baía e goiaba (produção agrícola municipal de lavoura permanente) entre outras formas de criação, cultivo e extração menos expressivas.

No final do ano de 2015 foi formada a primeira turma do Pronatec no município destinada prioritariamente a trabalhadores do campo. Tendo como facilitador o SENAR/PB, a turma recebeu o curso de Agricultor Orgânico e deu início aos trabalhos em 09/12/2015 com 25 alunos matriculados. Teve sua finalização em 08/03/2016 com 17 alunos concluintes, 3 reprovações e 5 desistências.

O curso de Agricultor Orgânico está enquadrado no eixo tecnológico de recursos naturais e o itinerário formativo está relacionado à produção orgânica de alimentos. A escolaridade mínima requerida para participar dessa ação de educação é o ensino fundamental I incompleto. O curso possui carga horária que totaliza 160 horas distribuídas em oito módulos.

Os conteúdos dos módulos estudados são: Empreendedorismo no Campo, Agricultura Orgânica, Compostagem, Preparo e Aplicação de Biofertilizantes e Extratos Naturais, Prevenção da Erosão do Solo e Adubação Verde, Produção Orgânica de Hortaliças, Produção Orgânica de Frutas e Produção de Mudanças e Culturas Regionais.

A análise do perfil dos sujeitos de pesquisa aponta que 62,5% são mulheres e 37,5% homens; 62,5% deles possui o ensino fundamental (completo ou incompleto), 31, 25% possuem o ensino médio completo e 6,25% está cursando o ensino superior. Apesar da ação de educação ser voltada prioritariamente a trabalhadores do campo, 25% deles possui residência fixa na cidade e 18,75% não desenvolvem atividades diretamente relacionadas ao campo.

Esse fato não configura nenhuma irregularidade, já que o público alvo (trabalhadores rurais) é prioritário, mas não exclusivo. De acordo com as normas do programa, as vagas que permanecerem disponíveis, após o atendimento prioritário, poderão ser ocupadas por outros públicos, desde que respeitados requisitos específicos.

#### **4.1 O processo de implementação**

O processo de implementação do Pronatec tem início quando o município, através da unidade demandante que é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), manifesta a vontade de participar da iniciativa através de inscrição e cadastro no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional (SISTEC).

No caso do município em questão a responsabilidade de efetuar essa primeira etapa é de uma consultoria externa especializada que presta serviços a Secretaria de Assistência Social. Através desse dado, é possível identificar a atuação de atores externos contribuindo para o desenvolvimento da política no município.

Atores externos também podem mobilizar recursos necessários à realização das políticas públicas. Sua capacidade de influência, direta ou indireta, pode afetar tanto o conteúdo, como o próprio processo de implementação e até mesmo os resultados dessas políticas (DIAS; MATOS, 2012).

Efetuada o cadastro, a unidade demandante fica aguardando a disponibilidade de matrículas para formação de turma a critério da unidade ofertante, no caso o Governo Federal. Ou seja, o CRAS que é o responsável pela operacionalização do programa em âmbito local, não participa de decisões estratégicas a respeito deste, como pode ser percebido através da seguinte fala da gestora responsável no município:

Quando o Governo Federal entra em contato com a Secretaria para a formação da turma, já está tudo pronto. São eles que determinam tudo: qual o curso que vai ser aplicado, a quantidade de vagas, o tempo de duração, quem vai ministrar, aí no caso é o SENAR que fica responsável por essa parte. Mas quando a gente recebe aqui o roteiro já está pronto.

Essa é uma característica do modelo *top-down* de implementação de políticas, onde o entendimento tradicional do trabalho se desenvolve de cima para baixo, com as decisões sendo tomadas pela alta administração e ficando a cargo do nível mais local apenas a execução das atividades implementadoras. Secchi (2010) é enfático ao afirmar que no modelo *top-down* existe uma nítida separação entre o momento da tomada de decisão e da implementação propriamente dita.

Após essa primeira etapa, com o curso já definido e a quantidade de matrículas disponíveis, o CRAS deve entrar em contato com o público-alvo para a formação da turma. Nessa fase, a Secretaria de Assistência Social contou com o apoio de outras duas secretarias municipais: a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Educação, que somaram esforços para divulgar a ação de educação aos possíveis interessados. A gestora destaca que:

A primeira coisa que a gente fez foi entrar em contato com a Secretaria de Agricultura porque eles são mais próximos do pessoal da zona rural. A gente também falou com a Secretaria de Educação, até porque o Pronatec é uma ação de educação. Mas a [Secretaria de] Agricultura indicou mais pessoas para participar.

A comunicação entre esses atores e as partes interessadas surtiu efeito positivo, dado que 87,5% dos alunos entrevistados obtiveram informação de acesso ao curso através do contato de algumas dessas secretarias citadas. Os outros 12,5% dos alunos ficaram informados da oferta do curso através de indicações.

Com a turma formada já se inicia o processo de monitoramento do programa, pois durante a execução de todo o curso foram realizadas visitas de representantes do SENAR/PB para acompanhar o desenvolvimento das atividades, a utilização de recursos, o cumprimento do cronograma estabelecido, entre outras atividades. E ao final do curso foi feita uma avaliação geral com os alunos.

É importante que o monitoramento seja realizado durante todo o andamento do programa, pois através dele é possível identificar falhas na implementação e, se possível, corrigi-las antes que elas comprometam o desenvolvimento da política como um todo. Como ressaltam Dias e Matos (2012) o monitoramento é necessário para garantir que o desempenho das atividades adotadas seja maximizado, ele também serve para a verificação da efetividade das metas propostas antecipadamente.

Devidamente matriculados, frequentando as aulas e com aproveitamento técnico durante as disciplinas em sala de aula e atividades de campo, os alunos fazem jus a uma ajuda de custo paga pelo Governo Federal, é a chamada Bolsa-Formação Trabalhador. Esse auxílio é destinado aos trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para auxiliar nas despesas durante a frequência deles no curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

A bolsa-formação é paga por meio de parcelas ao final dos módulos de estudo, totalizando durante todo o curso R\$ 240,00. Este valor não é percebido como satisfatório pelos beneficiários, dado que 68,75% deles afirmam que esta quantia não atende às suas necessidades de transporte, alimentação, entre outras, durante a realização do curso.

Em relação à interação entre os três níveis de governo, ela se apresenta da seguinte forma: no âmbito nacional, o Governo Federal é o responsável pela disseminação do programa em linhas gerais; o governo estadual atua como facilitador, já que o curso é ofertado no município através do SENAR/PB e a prefeitura presta toda a assistência local através da unidade demandante que é o CRAS.

## **4.2 Desafios e Resultados**

Não há conflito quanto à tomada de decisão entre os níveis, até mesmo porque as deliberações já vêm estabelecidas pela alta administração e cabe aos níveis subnacionais (estado e município) apenas a execução das atividades implementadoras.

Na prática, nessa fase de implementação da política, o conjunto de decisões e ações realizadas pelos grupos implementadores são reflexos das decisões estratégicas tomadas anteriormente e direcionadas para a consecução de objetivos antes estabelecidos (RUA, 2009). Entretanto, como afirma Batista (2015) os atores locais têm maior conhecimento da realidade, preferências e necessidades dos cidadãos, logo, deveriam participar mais ativamente do processo decisório.

Os resultados podem ser analisados como satisfatórios na percepção dos beneficiários, considerando que 100% dos entrevistados afirmaram que o curso correspondeu as suas expectativas e que todos eles também conseguiram identificar práticas inovadoras para a utilização no campo. A gestora ainda destaca que:

Eles gostaram muito, principalmente das aulas em campo. Eles comentam com a gente que aprenderam muita coisa nova, técnicas da agricultura que eles não conheciam. Quase todos já disseram que querem participar de outros cursos, se tiver.

Mas apesar disso, 18,75% dos entrevistados afirmaram que provavelmente não utilizarão tais práticas no cotidiano e também que não é possível utilizar o conhecimento adquirido para obter retorno financeiro, já que a agricultura orgânica não tem força no município.

No que se refere à continuidade do programa não existe um cronograma especificando se haverá prosseguimento com a oferta de cursos complementares, ou a formação de outras turmas ou até mesmo a associação com outras políticas relacionadas. Se o município mostrar interesse em seguir com o programa, então será preciso recomeçar todo o processo: o CRAS, como unidade demandante, deve manifestar o interesse através do SISTEC e esperar a oferta de implantação de novas turmas pelo Governo Federal. E todo esse procedimento demanda muito tempo, o que interfere negativamente no processo, conforme enfatiza a gestora:

Desde o início do ano passado que a gente tenta trazer esse curso e as aulas só vieram começar em dezembro. Eu acho que se não demorasse tanto tempo tinha como a gente ter duas ou até três turmas no ano. Mais pessoas poderiam participar. E não só curso voltado para a agricultura, também outros cursos que mais gente pudesse ter acesso.

Essa é mais uma característica da Administração Pública, o burocratismo, que dificulta a gestão e reflete de forma negativa na efetivação de políticas e programas. Pois o burocratismo no serviço público não garante nem rapidez, nem boa qualidade, nem baixo custo para os serviços prestados à sociedade. Na verdade ele torna a Administração Pública lenta, cara e voltada para o próprio poder do Estado (MATIAS-PEREIRA, 2012).

### **3 CONCLUSÃO**

O presente estudo teve a intenção de analisar o processo de implementação do Pronatec no município de Catingueira/PB, localizado no sertão paraibano. Para isso, fez-se necessário descrever o processo de funcionamento do programa, destacando os atores

envolvidos e sua atuação em cada etapa. E, além disso, analisar a relevância do programa para os beneficiários envolvidos, em termos de resultados e desafios.

Diante da análise baseada nos objetivos propostos, foi possível identificar que o programa cumpre com um de seus objetivos principais que é o de ampliar as oportunidades educacionais para os trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional. Isso considerando que as ações do programa são direcionadas a um público específico que carece de atenção por parte do poder público, que é a população da zona rural. Principalmente no município em estudo, que esta população é muito expressiva e representa 40,1% do total de habitantes, segundo o IBGE.

Em contrapartida não foi possível identificar articulação entre a política de educação profissional e outras políticas de geração de trabalho, emprego e renda. Pois no município não há relação entre políticas que possam proporcionar essa integração.

Outra questão importante a ser debatida está relacionada ao processo de implementação do programa, como um todo. Dado que o Pronatec é um programa de iniciativa do Governo Federal, até sua aplicação chegar à esfera municipal tem-se dispendido muito tempo, fato que pode comprometer a eficiência da política.

Um ponto que também merece destaque é o fato de que 32% do público beneficiário não obteve êxito na realização do curso, seja por desistência ou reprovação. Este é um dado que pode instigar futuras pesquisas para análise do comprometimento, ou falta dele, no público-alvo. Por isso o monitoramento é tão importante para o processo de supervisão e avaliação da execução das atividades, pois pode fornecer informações fundamentais para corrigir eventuais falhas e, assim, assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos previamente.

No mais, é determinante que o município tenha esta primeira experiência em relação à adoção do programa, pois pode facilitar o acesso e até mesmo contribuir para a adoção de outras políticas relacionadas, que possuam igual ou maior impacto positivo para a população beneficiada.

É importante que as políticas de qualificação profissional e inserção produtiva sejam, cada vez mais, expandidas e cheguem até grupos socialmente desfavorecidos, pois elas configuram-se como alternativa de superação ou diminuição das desigualdades sociais e econômicas.

Diante da complexidade do assunto, esta pesquisa pretendeu contribuir com as discussões acerca da implementação de políticas públicas, especificamente do Pronatec no município de Catingueira/PB, sem esgotar o tema. É preciso considerar que o campo de

estudo acerca das políticas públicas está em fase de expansão e requer o aprofundamento a partir de análises complementares, tais como o estudo de outras fases do ciclo de políticas, e o papel da governança na implementação de políticas públicas e sua efetividade.

## ABSTRACT

The situation of the Brazilian population's social fragility is currently faced discussions in the management processes and public policies on professional qualification and productive inclusion of this portion of the population in the labor market. This study has as main objective to analyze the process of implementation of Pronatec through the SENAR in the municipality of Catingueira/PB, from the perspective of beneficiaries. The research was classified as descriptive, as the goal, as the method was carried out a case study and the problem has classified as quantitative and qualitative. As a result it was possible to identify that the program complies with part of their objectives by providing education actions that can help the integration of beneficiaries in the production market, but there are still gaps that need particular attention to the implementation of the program is conducted in more effectively, such as the articulation between vocational education and other policies to generate employment and income, since the municipality under study there is no relationship between policies that can provide this integration.

**Keywords:** Public Policies. Implementation. Pronatec.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. **Monografia no curso de Administração**: guia completo de conteúdo e forma. 3. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. vol. 14. n° 40. jun/1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BATISTA, Mariana. Burocracia local e qualidade da implementação de políticas descentralizadas: uma análise da gestão de recursos federais pelos municípios brasileiros. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 66, n. 3, p. 345-370, jul/set 2015. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/571/723>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm)>. Acesso em: 18 mar. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Pronatec. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

BRASIL. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Conhecendo o SENAR**. Disponível em: <<http://www.senar.org.br/sites/default/files/senar/cartilhaconhecendoSEENAR.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

BRASIL. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Série Metodológica: informações institucionais** 2. ed. Brasília: SENAR, 2015.

CARBONE, Pedro Paulo. Cultura organizacional no setor público brasileiro: desenvolvendo uma metodologia de gerenciamento da cultura. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6273/4864>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

CASTRO, Jorge Abrahão de. et al. **Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis: uma análise exploratória**. Texto para discussão n. 1486. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1486.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1486.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2016.

CAVALCANTE, Pedro. Descentralização de políticas públicas sob a ótica neoinstitucional: uma revisão de literatura. v. 45, n. 6, 1781-1804, nov./dez. 2011. **Revista de Administração Pública**: Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n6/a08v45n6.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. v. 45, n. 3, p. 813-836, maio/jun. 2011. **Revista de Administração Pública**: Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/11.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Disseminação de Políticas Públicas e Programas Governamentais no Nível Subnacional de Governo. **Revista Administração e Diálogo**, n.11, v.2, p. 69-89. PUC: São Paulo, 2008. Disponível em: <[revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/download/2714/1766](http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/download/2714/1766)>. Acesso em: 03 abr. 2016.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas** n. 21, jun/2000, p.211-259. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Tradução técnica: Francisco G. Heidmann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: Perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n48/a06v21n48.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração – UFSC. Brasília: CAPES UAB, 2009.

SALGADO, Valéria Alpino Bigonha. Desafios da inovação e melhoria da gestão pública na Administração Pública Brasileira. In: ANTERO, S. A.; SALGADO, V. A. B. (Org.). **Democracia, Direito e Gestão Pública: textos para discussão**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Brasília: Editora IABS, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Florianópolis: Cengage, 2010.

SILVA, Jacqueline Maria Cavalcante. Políticas públicas como instrumento de inclusão social. **Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 161-211, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/prisma/article/view/1114/1163>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

SOUZA, Celina. Estado do Campo da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. vol. 18. nº. 51. fev/2003. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15983.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 16. p. 20-45, jul/dez, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

WU, Xun. et al. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Tradução: Ricardo Avelar de Souza. Brasília: ENAP, 2014.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

### **Caracterização da política**

- Na sua opinião, qual a importância da aplicação do curso de Agricultor Orgânico para o desenvolvimento profissional dos trabalhadores rurais do município?
- De que forma a administração local aderiu a essa política e como se deu esse processo de adesão?
- Qual o nível de interação, se houver, entre o Governo Federal, Estadual e Municipal na atuação da política dentro do município? Existe algum tipo de fiscalização?
- Qual o nível de parceria entre a Secretaria de Assistência Social e demais secretarias que possam estar relacionadas à aplicação da política (ex. Secretaria de Agricultura)? Existe interação entre as partes?
- Qual a configuração atual do desenvolvimento dessa política no município? Existem obstáculos? Quais são? Como podem ser solucionados?
- Qual a finalidade primordial da política no município? Existe uma avaliação se os objetivos estão sendo alcançados?
- Existe um cronograma com previsão de implantação de outras políticas relacionadas?
- No município, existem outras políticas voltadas para o mesmo público? Quais?
- O que é feito para manter os agricultores informados sobre as políticas públicas direcionadas a eles?
- É possível identificar mudanças sociais ou até mesmo econômicas para o público envolvido depois da aplicação dessa política? Quais?

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

### Caracterização dos entrevistados

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Estado Civil: ( ) Casado ( ) Solteiro

( ) Outro \_\_\_\_\_

Escolaridade: ( ) Fundamental ( ) Médio  
( ) Superior

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Residência fixa principal: ( ) Cidade

( ) Campo

Quantidade de membros de sua família: ( ) 1 a 3  
( ) 4 a 6 ( ) 7 ou mais

Melhor definição de sua situação profissional:

( ) Servidor público ( ) Autônomo

( ) Empregado com carteira assinada

( ) Sem atividade ( ) Trabalhador rural

( ) Outro \_\_\_\_\_

É/foi beneficiário de algum programa governamental (Bolsa Família, Pronaf, Garantia-Safra, Bolsa Estiagem, etc.)? ( ) Sim ( ) Não

### Visão geral do curso

De que forma obteve acesso ao curso?

\_\_\_\_\_

Como você considera o aprendizado obtido durante o curso?

( ) Pouco satisfatório ( ) Satisfatório

( ) Muito satisfatório

Como você classifica o papel do facilitador em sala de aula?

( ) Pouco satisfatório ( ) Satisfatório

( ) Muito satisfatório

Como você classifica o material didático utilizado durante as aulas?

( ) Difícil entendimento ( ) Adequado

( ) Fácil entendimento

Como você classifica a carga horária das aulas?

( ) Pouco satisfatória ( ) Satisfatória

( ) Muito satisfatória

O tempo de duração do curso interfere em outras atividades?

( ) Sim ( ) Não

### Aplicabilidade

O curso correspondeu as suas expectativas?

( ) Sim ( ) Não

Você considera o valor da bolsa-formação adequado às suas necessidades no curso?

( ) Sim ( ) Não

Você conseguiu identificar práticas inovadoras para a utilização no campo?

( ) Sim ( ) Não

### Caso a resposta anterior seja afirmativa

Você considera possível utilizar tais práticas no seu dia-a-dia após a realização do curso?

( ) Sim ( ) Não

Você considera possível utilizar o conhecimento adquirido para obter retorno financeiro?

( ) Sim ( ) Não

Você tem interesse em outros temas voltados à atividade rural? ( ) Sim ( ) Não

Caso o SENAR ofertasse outros cursos de qualificação através do PRONATEC você teria interesse em participar? ( ) Sim ( ) Não

### Considerações

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_